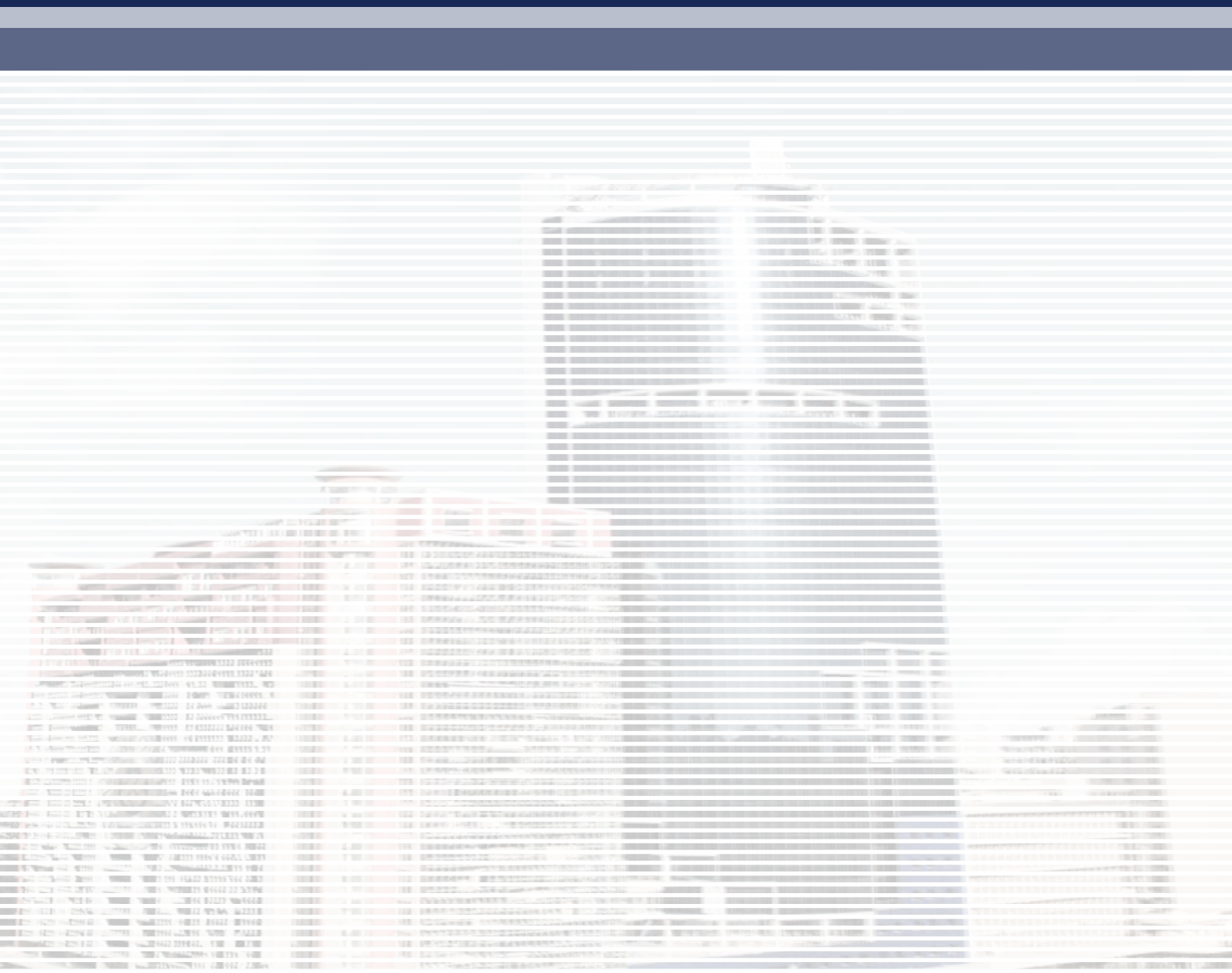




Dezembro 2022
Nº 04 | Ano 04

BOLETIM DE ESTABILIDADE FINANCEIRA



Dezembro 2022
Nº 04 | Ano 4

BOLETIM DE ESTABILIDADE FINANCEIRA



Dezembro 2022
Nº 04 | Ano 4

BOLETIM DE ESTABILIDADE FINANCEIRA

Edição

Banco de Moçambique
Departamento de Análise Macroprudencial
Avenida 25 de Setembro
Telefone: (+258) 21354600/700 Fax: (+258) 21 32 23 24/7 C. P. 423

Layout:

Gabinete de Comunicação e Imagem
Telefone: (+258) 21354600/700 Fax: (+258) 21 421361

Impressão

Centro de Documentação e Informação
Banco de Moçambique
Telefone: (+258) 21354600/700 Fax: (+258) 21 421361

Tiragem

500 exemplares

Prefácio

Ao abrigo da Lei n.º 1/92, de 3 de Janeiro, o Banco de Moçambique (BM) tem a missão de preservar o valor da moeda nacional e promover um sector financeiro nacional sólido e inclusivo.

Na prossecução dessa missão, o BM implementa a política macroprudencial, visando assegurar que o sistema financeiro, com foco no sector bancário, mantenha níveis adequados de solvabilidade e liquidez, que permitam dar um contributo na resolução e gestão de crises, minimizando o risco sistémico global.

O BM define a estabilidade financeira como a manutenção de um sistema financeiro robusto, eficiente e resiliente a choques e desequilíbrios financeiros, que assegure a preservação da confiança dos agentes económicos e contribua para a mitigação do risco sistémico.

Para avaliar o risco sistémico, o BM baseia-se numa matriz quantitativa que apresenta a dinâmica do risco no sistema financeiro doméstico, com o objetivo de medir a sua resiliência e tomar medidas adequadas e tempestivas.

O BM elabora o Boletim de Estabilidade Financeira como reforço da comunicação em matéria de estabilidade financeira entre o banco central e o público em geral. Nesta edição, destacam-se as principais vulnerabilidades e riscos no contexto macrofinanceiro internacional e doméstico, bem assim o desempenho do sistema financeiro moçambicano no primeiro semestre de 2022.

O Governador

Rogério Lucas Zandamela

Índice Geral

Sumário executivo	5
I. AMBIENTE MACROFINANCEIRO INTERNACIONAL	7
II. VULNERABILIDADES E RISCOS DO SISTEMA FINANCEIRO	
MOÇAMBICANO	9
2.1. Vulnerabilidades do sistema	9
2.1.1. Instabilidade militar na região norte do país	10
2.1.2. Factores climáticos adversos	10
2.1.3. Endividamento do sector público	11
2.1.4. Confiança do país no mercado internacional	11
2.2. Avaliação do risco sistémico	12
III. DESEMPENHO DO SISTEMA FINANCEIRO	23
3.1. Sector bancário	23
3.1.1. Níveis de concentração do sector bancário	23
3.1.2. Estrutura do balanço	24
3.1.3. Indicadores de solidez financeira	25
3.2. Sector de seguros	30
3.3. Mercado de Valores Mobiliários	31
IV. DECISÕES DE POLÍTICA MACROPRUDENCIAL	33
Glossário	35

Gráficos

Gráfico 1 . Índice de risco sistémico global	13
Gráfico 2 . Evolução do risco sistémico (%)	13
Gráfico 3 . Evolução do risco macroeconómico	14
Gráfico 4 . Evolução do risco soberano	15
Gráfico 5 . Evolução do risco de rendibilidade e solvência	16
Gráfico 6 . Evolução do risco de crédito	16
Gráfico 7 . Evolução do risco de financiamento e liquidez	17
Gráfico 8 . Evolução do risco de mercado	18
Gráfico 9 . Evolução dos níveis de concentração dos três maiores bancos – Junho de 2022	23
Gráfico 10 . Evolução dos níveis de concentração do sector bancário – Índice IHH – Junho de 2022	23
Gráfico 11 . Rubricas do activo – Junho de 2022	24
Gráfico 12 . Peso dos depósitos por moeda	25
Gráfico 13 . Principais rubricas do passivo e capitais próprios	25
Gráfico 14 . Adequação de capital	26
Gráfico 15 . Qualidade de crédito	26
Gráfico 16 . Contribuição do NPL por sectores de actividade	27
Gráfico 17 . Crédito, depósitos e rácios de transformação	28

Gráfico 18 . Fontes de financiamento do sector bancário.....	28
Gráfico 19 . Evolução e composição dos depósitos.....	28
Gráfico 20 . Ciclos financeiro e de negócios em Moçambique	29
Gráfico 21 . Produção global das seguradoras (variação homóloga).....	30
Gráfico 22 . Produção global das empresas seguradoras (milhões de meticaís)	30
Gráfico 23 . Peso dos ramos não vida e vida na produção global de seguros	31
Gráfico 24 . Capitalização bolsista (milhões de meticaís).....	31
Gráfico 25 . Peso dos diversos segmentos do MVM na capitalização bolsista	32
Gráfico 26 . Peso do volume de transacções por categoria de valores mobiliários	32
Gráfico 27 . Taxas de juros das obrigações cotadas na BVM e <i>prime rate</i>	33

Tabelas

Tabela 1 . <i>Stock</i> da dívida pública – Mil milhões de meticaís	11
Tabela 2 . Evolução das despesas e receitas públicas – Mil milhões de meticaís	11
Tabela 3 . Classificação do país no mercado internacional	12
Tabela 4 . Classificação dos países da SADC no mercado internacional	12
Tabela 5 . Indicadores do risco macroeconómico.....	14
Tabela 6 . Indicadores do risco soberano.....	14
Tabela 7 . Indicadores de rendibilidade e solvência	15
Tabela 8 . Indicadores do risco de crédito	16
Tabela 9 . Indicadores de risco de financiamento e liquidez	17
Tabela 10 . Indicadores do risco de mercado.....	17
Tabela 11 . Classificação de 4 níveis de risco	19
Tabela 12 . Intervalos de risco dos 19 indicadores de risco sistémico	20
Tabela 13 . Principais indicadores de rendibilidade	27
Tabela 14 . Principais indicadores de liquidez.....	28
Tabela 15 . Emissões cotadas na BVM.....	32

Caixas

Caixa 1 . Metodologia para o cálculo do índice de estabilidade financeira.....	19
Caixa 2 . Metodologia de cálculo de D-SIBs.....	21
Caixa 3 . Ciclos financeiros e de negócios em Moçambique	29

Siglas e abreviaturas

BM	Banco de Moçambique
CE/PIB	Índice do Crédito à Economia sobre o Produto Interno Bruto
COVID-19	Nome da doença infecciosa causada pelo SARS-CoV-2, que faz referência ao ano em que foi descoberta, 2019
D-SIBs	Bancos domésticos de importância sistémica
DO	Depósitos à ordem
DP	Depósitos a prazo
DTI	<i>Debt-to-income</i> (índice de dívida sobre o rendimento)
IHH	Índice de Herfindahl-Hirschman
ICSF	Instituições de crédito e sociedades financeiras
ISSM	Instituto de Supervisão de Seguros
LTV	<i>Loan-to-value</i> (índice de empréstimo sobre o valor)
ME	Moeda estrangeira
MEF	Ministério da Economia e Finanças
MVM	Mercado de Valores Mobiliários
MZN	Metical
NPL	<i>Non-performing loan</i> (rácio de crédito em incumprimento)
PIB	Produto interno bruto
Pb	Pontos base
Pp	Pontos percentuais
ROA	<i>Return on assets</i> (retorno sobre activos)
ROE	<i>Return on equity</i> (retorno sobre o capital)
SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
USD	Dólar dos Estados Unidos da América

Sumário executivo

No primeiro semestre de 2022, a economia global enfrentou riscos crescentes para a actividade económica e a estabilidade financeira e de preços, num ambiente de elevada incerteza, devido à eclosão da guerra entre a Rússia e Ucrânia e à reintrodução de medidas restritivas para conter a pandemia da COVID-19 na Ásia. Estes eventos justificaram a revisão em baixa do crescimento económico, pelo Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial, para o ano em curso, num cenário de incremento dos riscos para a estabilidade financeira, sobretudo nas economias avançadas, porém sem registo de materialização de um evento sistémico global que afecte instituições ou mercados financeiros.

No contexto doméstico, o crescimento da actividade económica em 4,37% contribuiu para a manutenção do nível moderado de risco sistémico, a reflectir a contínua melhoria da procura e a recuperação dos sectores mais afectados pela COVID-19, na sequência do alívio das medidas restritivas a nível doméstico e externo. Ainda assim, o sistema financeiro doméstico ressentiu-se de algumas vulnerabilidades, com destaque para a instabilidade militar na região norte do país e a ocorrência de eventos climáticos extremos.

O sector bancário manteve-se sólido e resiliente durante o período em análise, com crescimento de resultados e níveis adequados de capitalização e liquidez. Entretanto, no que concerne à qualidade do activo, o índice de crédito em incumprimento situou-se em 10,02%, acima do *benchmark* aceitável de 5,0%.

O sector bancário registou um incremento anual do rácio de solvabilidade em 116 pontos base (pb), situando-se em 26,76%, um crescimento dos activos em 6,13% (para 847 mil milhões de meticais), um aumento de lucros em cerca de 52,71% e uma liquidez que permite assegurar a continuidade das operações de financiamento e sem alteração significativa na qualidade dos activos (10,02%). Por seu turno, a produção global das empresas do sector de seguros decresceu em 6,60%, fixando-se em 4.594,61 milhões de meticais, explicado pela diminuição da procura por parte das empresas com maior expressão para as subscrições de serviços de seguros. A capitalização bolsista, principal indicador do Mercado de Valores Mobiliários (MVM), teve uma variação positiva de 3,73% (situando-se em 130.365 milhões de meticais).

No período em análise, o risco sistémico permaneceu no nível moderado, não obstante a subida do índice de estabilidade financeira em 3,13 pontos percentuais (pp), comparativamente a Dezembro de 2021, fixando-se em 40,97% em Junho de 2022. Este agravamento foi influenciado pelo aumento dos subíndices de risco das categorias de risco macroeconómico e de risco de mercado.

Para conter os riscos e mitigar as vulnerabilidades do sistema financeiro nacional, o BM decidiu manter todos os instrumentos da política macroprudencial. No período em análise, os amortecedores de conservação para os bancos domésticos de importância sistémica e quase sistémica mantiveram-se em 2,0% e 1,0%, respectivamente. Os requisitos macroprudenciais de empréstimos impostos às instituições de crédito e sociedades financeiras (ICSF), designadamente o índice de empréstimo sobre o valor do bem dado como garantia (LTV) e o rácio de serviço da dívida sobre o rendimento do cliente (DTI), mantiveram-se com um limite máximo de 100%.

I. AMBIENTE MACROFINANCEIRO INTERNACIONAL

A economia global enfrenta riscos crescentes para a actividade económica e a estabilidade financeira e de preços, num ambiente de elevada incerteza.

A eclosão da guerra entre a Rússia e a Ucrânia¹, com impacto no sector energético, particularmente na cadeia de distribuição de gás, e a reintrodução de medidas restritivas para conter a pandemia da COVID-19 na Ásia levaram a uma revisão em baixa do crescimento económico para 2022.

Estes eventos fortaleceram, de igual modo, as pressões inflacionárias globais, que estão associadas principalmente ao incremento dos preços de energia e das *commodities* agrícolas.

A incerteza criada pela guerra causou uma volatilidade significativa nos mercados financeiros globais, com destaque para os países da Europa Oriental e do Médio Oriente, por conta da forte relação comercial com a Rússia.

Este cenário concorreu para avaliações de acções em baixa e custos de financiamento mais altos, num contexto de normalização antecipada da política monetária em resposta à subida persistente do nível de preços.

A aceleração da inflação nas principais economias tem levado os bancos centrais a intensificarem a retirada dos estímulos monetários implementados nos últimos anos, para minimizar o impacto da crise causada pela pandemia da COVID-19.

Apesar do aperto da política monetária, os rendimentos reais da maioria dos activos permanecem negativos, o que pode levar os investidores a buscarem oportunidades mais arriscadas ou investimentos no mercado imobiliário.

Os riscos para a estabilidade financeira aumentaram nas economias avançadas, porém sem registo de materialização de um evento sistémico global que afecte instituições ou mercados financeiros.

As instituições financeiras, nos países desenvolvidos e nas economias de mercados emergentes, mantêm níveis de capital e liquidez robustos.

¹ Evento global mais notável no semestre, marcado pela invasão da Ucrânia pela Rússia a 24 de Fevereiro de 2022.

Os testes de esforço realizados pelos bancos centrais dessas realidades indicam que o sistema financeiro global permanece preparado para suportar choques adicionais, com os indicadores prudenciais a apontarem para níveis de capital acima do mínimo requerido.

As hostilidades na Europa contribuíram para um aumento acentuado nos prémios de risco e grandes quedas nos preços dos activos nas economias avançadas, incluindo das instituições financeiras sistemicamente importantes, com impacto no resto do mundo.

As economias de mercado emergentes, particularmente as da América Latina e Europa Oriental, que apresentam grandes défices fiscais e forte dependência de financiamento externo, continuam vulneráveis à saída de capital, como resultado do aumento das taxas de juros nas economias avançadas.

Nestas economias persistem desafios resultantes do aumento do endividamento, à medida que as condições para o financiamento externo se tornam rigorosas, agravadas pela depreciação das respectivas moedas e saída de capital.

A subida contínua do preço da habitação e o crescimento do crédito levaram alguns reguladores a expressarem preocupações sobre os riscos dos ajustes desses preços e do alto endividamento das famílias.

O endividamento das empresas também continua a ser uma inquietação em alguns países, onde as taxas de juro mais altas podem incrementar os custos do serviço da dívida.

Adicionalmente, os organismos internacionais continuam atentos às áreas com implicações transfronteiriças para a estabilidade financeira, designadamente, as ameaças cibernéticas e as mudanças climáticas.

Com efeito, o foco permanece na abordagem dos riscos cibernéticos – que actualmente são considerados elevados – e na resiliência dos sistemas financeiros a esses riscos.

Relativamente às mudanças climáticas, o *Financial Stability Board*² possui um roteiro para abordar os riscos financeiros relacionados com o clima.

² O *Financial Stability Board* é um órgão internacional que monitora e faz recomendações sobre o sistema financeiro global. Hospedado e financiado pelo Bank for International Settlements, o conselho está sediado em Basileia, Suíça.

Por outro lado, o crescimento de criptoactivos, incluindo as *stablecoins*³, continua a ser objecto de atenção regulatória.

O *Financial Stability Board* aponta, na sua avaliação, que este segmento de mercado, em rápida evolução, representa uma ameaça à estabilidade financeira global, devido ao seu tamanho, vulnerabilidades estruturais e crescente interconexão com o sistema financeiro tradicional.

II. VULNERABILIDADES E RISCOS DO SISTEMA FINANCEIRO MOÇAMBICANO

O primeiro semestre de 2022 foi marcado pelo crescimento da actividade económica em 4,37%, a reflectir a contínua melhoria da procura e a recuperação dos sectores mais afectados pela COVID-19, na sequência do alívio das medidas restritivas a nível doméstico e externo.

Este desempenho da economia contribuiu para a manutenção do nível moderado do risco sistémico. Ainda assim, o sistema financeiro doméstico ressentiu-se de algumas vulnerabilidades, com destaque para a instabilidade militar na região norte do país e a ocorrência de eventos climáticos extremos (ciclones e cheias).

2.1. Vulnerabilidades do sistema

Apesar das vulnerabilidades resultantes dos sucessivos choques que têm estado a abalar a economia doméstica, o sistema financeiro nacional continuou a desenvolver as actividades de intermediação financeira e de prestação de serviços de pagamentos sem perturbações.

³ É um tipo de criptomoeda com colateral, ao contrário das demais. Ou seja, ela é ancorada em activos reais, e isso significa que existe um bem correspondente para cada unidade da moeda. Assim como qualquer criptomoeda, as *stablecoins* são criadas numa *blockchain*, uma espécie de livro de registo virtual.

Entre as principais vulnerabilidades destacam-se a persistência da instabilidade militar em Cabo Delgado, factores climáticos adversos, nomeadamente o ciclone Gombe e a depressão tropical Ana, o endividamento do sector público e a confiança do país no mercado internacional.

2.1.1. Instabilidade militar na região norte do país

O primeiro semestre de 2022 foi marcado pela continuidade da instabilidade militar no norte do país, com destaque para a província de Cabo Delgado, apesar da redução da intensidade e frequência dos ataques, num contexto de calma na região centro do país, ainda que o processo de desarmamento, desmobilização e reintegração não se encontre encerrado.

Esta instabilidade levou à manutenção da suspensão⁴ do projecto em terra da Mozambique LNG - TotalEnergies localizado na península de Afungi.

A incerteza quanto ao reinício das actividades de exploração dos recursos energéticos na bacia do Rovuma afecta a perspectiva de crescimento económico para o país em resultado das receitas esperadas, pesem embora os avanços

apontados na exploração *offshore* de gás ao largo da península de Afungi, pela ENI.

A instabilidade militar em Cabo Delgado condiciona a actividade económica e incrementa os gastos do Governo em logística militar e assistência humanitária, além de limitar a inclusão financeira.

2.1.2. Factores climáticos adversos

As mudanças climáticas e a degradação do meio ambiente tem consequências sobre o sistema financeiro e a economia, globalmente considerada.

A localização geográfica de Moçambique torna o país exposto e vulnerável a eventos climáticos adversos, constituindo uma enorme ameaça à estabilidade macroeconómica e do sistema financeiro nacional.

No primeiro semestre de 2022, as regiões centro e norte do país foram afectadas pelo ciclone Gombe e pela depressão tropical Ana, confirmando o aumento da frequência de eventos climáticos extremos, com impacto nas infra-estruturas (vias de comunicação, fábricas, campos de cultivo, entre outros) e no bem-estar da população, gerando custos económicos e sociais.

⁴ Desde Abril de 2021.

Estes eventos extremos impactaram os níveis de produção do país, em resultado da destruição de infra-estruturas e da produção, além de terem influenciado a capacidade das famílias e empresas de honrarem os seus compromissos com o sector bancário.

2.1.3. Endividamento do sector público

No primeiro semestre de 2022, foi notória a prevalência da pressão sobre o endividamento interno do Estado junto ao sistema financeiro.

A postura do Estado influencia a evolução do risco sistémico, num cenário de elevadas taxas de juro nos leilões de títulos públicos, o que conduz à maior procura e subscrição destes títulos pelo sistema.

Efectivamente, a dívida interna do Estado incrementou em 24,26 mil milhões de meticais, nos primeiros seis meses de 2022, a reflectir a utilização de bilhetes do Tesouro para o financiamento do défice corrente.

Apesar desta evolução do endividamento interno, o *stock* total da dívida registou uma melhoria influenciada pela redução da dívida externa (tabela 1).

A entrada de fundos de parceiros para o apoio directo ao Orçamento do Estado, no período em análise, pode ter contribuído para atenuar a pressão sobre as fontes internas de dívida pública.

Tabela 1. <i>Stock</i> da dívida pública – Mil milhões de meticais			
Descrição	Jun-21	Dez-21	Jun-22
Dívida externa	630,10	725,77	657,41
Dívida interna	218,78	226,40	250,66
Total da dívida	848,88	952,17	908,07
Fonte: MEF			

A execução orçamental do primeiro semestre de 2022 (tabela 2) mostra que a pressão do lado das despesas públicas resultou dos serviços públicos gerais, justificado pelo esforço para promoção de boa governação, prestação de serviços públicos de qualidade, descentralização e integridade da administração pública.

Tabela 2. Evolução das despesas e receitas públicas – Mil milhões de meticais			
Descrição	Jun-20	Jun-21	Jun-22
Receitas do Estado	110,21	127,42	133,89
Despesas do Estado	141,87	165,85	174,19
Défice/Financiamento	31,66	38,43	40,30
Fonte: MEF			

2.1.4. Confiança do país no mercado internacional

O primeiro semestre de 2022 foi marcado pela retoma do programa com o Fundo Monetário Internacional, o que sinaliza a gradual melhoria da confiança do país no mercado internacional.

Os principais agentes de notação financeira mantiveram a classificação do país no risco substancial no mercado internacional⁵.

A classificação de risco substancial, no mercado internacional, apesar da melhoria verificada, ainda impõe restrições no acesso aos mercados financeiros, o que pode incrementar o risco de mercado no sistema financeiro doméstico⁶ nas componentes taxa de câmbio e taxa de juros (tabela 3).

Tabela 3. Classificação do país no mercado internacional ⁷				
Agência	Dez-19	Dez-20	Dez-21	Jun-22
Moody's	Caa2 (estável)	Caa2 (estável)	Caa2 (estável)	Caa2 (positiva)
Standard & Poor's	CCC+ (estável)	CCC+ (estável)	CCC+ (estável)	CCC+ (estável)
Fitch Ratings	CCC	CCC	CCC	CCC
Fonte: https://countryeconomy.com/ratings				

Comparativamente aos países da região da SADC, Moçambique apresenta uma das notações mais baixas, o que pode constituir um factor penalizador na captação de investimentos para o país (tabela 4).

⁵ A confiança do país no mercado internacional é usada pelos investidores para a tomada de decisão de investimento numa dada economia.

⁶ Considerando o peso do sector bancário no sistema financeiro doméstico.

⁷ CCC+: risco substancial; Caa2: risco substancial; Caa3: risco substancial; CCC: risco substancial; SD: incumprimento; RD: incumprimento.

Tabela 4. Classificação dos países da SADC no mercado internacional			
Países/Agência	Moody's	Standard & Poor's	Fitch Ratings
Moçambique	Caa2 (positiva)	CCC+ (estável)	CCC
África do Sul	Ba2 (estável)	BB-(estável)	BB-
Angola	B3 (estável)	B-(estável)	B-(estável)
Zâmbia	A3 (estável)	SD	RD
Botswana	A3	BBB+ (estável)	
Maurícia	Baa3 (estável)		
Malawi			B-(estável)
Fonte: https://countryeconomy.com/ratings			

2.2. Avaliação do risco sistémico

O risco sistémico pode ser definido como o risco de ocorrência de perturbações na prestação de serviços financeiros, causada por problemas em alguma(s) ou em todas as instituições do sistema financeiro, com consequências negativas para a economia real.

Para a avaliação do risco sistémico⁸, o BM recorre a uma ferramenta quantitativa composta por 19 indicadores, agrupados em seis categorias de risco, designadamente:

- (i) risco macroeconómico;
- (ii) risco soberano;
- (iii) risco de rendibilidade e solvência;
- (iv) risco de crédito;
- (v) risco de financiamento e liquidez; e
- (vi) risco de mercado.

⁸ No sector bancário moçambicano

Por sua vez, o risco sistémico é mensurado através de um índice de estabilidade financeira e pode ser classificado como baixo, moderado, alto ou severo.

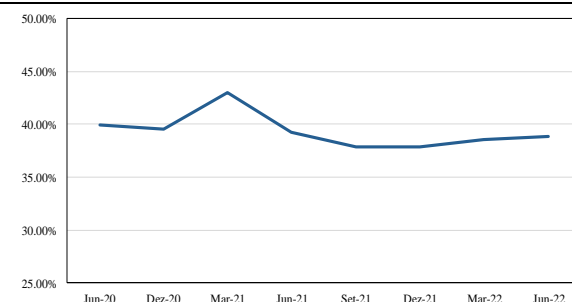
No período em análise, o risco sistémico permaneceu no nível moderado, não obstante a subida do índice de estabilidade financeira em 3,13 pp, comparativamente a Dezembro de 2021, fixando-se em 40,97% em Junho de 2022.

Este agravamento foi influenciado pelo aumento dos subíndices de risco das categorias de risco macroeconómico e de risco de mercado, que passaram, respectivamente, de 50,00% e 31,25%, em Dezembro de 2021, para 62,50% e 37,50%, em Junho de 2022.

Em termos homólogos, o índice de estabilidade financeira aumentou 1,73 pp, após 39,24% registados em Junho de 2021.

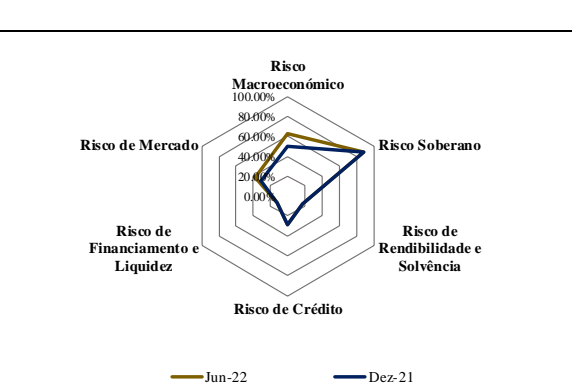
Os gráficos 1 e 2 mostram a evolução do risco sistémico ao nível global e nas categorias que compõem o índice de estabilidade financeira, de Junho de 2020 a Junho de 2022, e de Dezembro de 2021 a Junho de 2022, respectivamente.

Gráfico 1. Índice de risco sistémico global



Fonte: BM

Gráfico 2. Evolução do risco sistémico (%)



Fonte: BM

A análise por categoria de risco permite constatar o seguinte:

2.2.1. Risco macroeconómico

Em Junho de 2022, o risco macroeconómico permaneceu no nível alto⁹, influenciado pelo agravamento da taxa de inflação, não obstante a melhoria verificada no desempenho da economia durante o semestre.

Efectivamente, o produto interno bruto (PIB) registou um crescimento, em termos

⁹ O índice da categoria de risco macroeconómico fixou-se em 62,50% em Junho de 2022, depois de 50,00% em Dezembro e Junho de 2021, respectivamente.

anuais, de 4,59% em Junho de 2022, depois de 3,32%, correspondente a risco moderado, em Dezembro de 2021, o que contribuiu em grande medida para a manutenção do risco macroeconómico no nível alto.

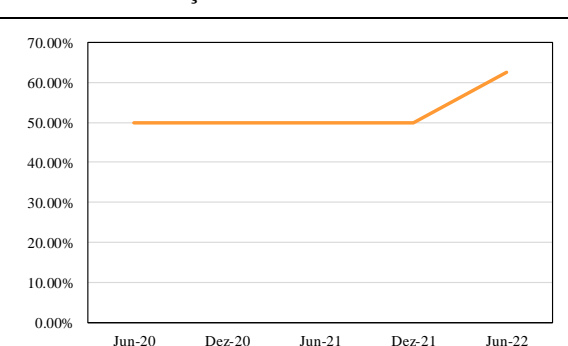
Tabela 5. Indicadores do risco macroeconómico

Risco macroeconómico (valores registados)					
	Jun-20	Dez-20	Jun-21	Dez-21	Jun-22
Crescimento do PIB	-3.54%	-1.77%	1.96%	3.32%	4.59%
Inflação	2.69%	3.52%	5.52%	6.74%	10.81%

Fonte: BM e INE

Por outro lado, a taxa de inflação registou uma subida de 4,07 pp e passou de 6,74%, correspondente a risco alto, em Dezembro de 2021, para 10,81%, correspondente a risco severo, em Junho de 2022, o que resultou na subida do subíndice do risco da categoria, de 50,00% para 62,50%. Em termos homólogos, o aumento foi de 5,52 pp, depois de uma inflação de 5,52%, correspondente a risco moderado, em Junho de 2021.

Gráfico 3. Evolução do risco macroeconómico



Fonte: BM e INE

2.2.2. Risco soberano

Em Junho de 2022, o risco soberano permaneceu no nível severo¹⁰, influenciado pela manutenção dos níveis elevados do endividamento do Estado.

Tabela 6. Indicadores do risco soberano

Risco Soberano (valores registados)					
	Jun-20	Dez-20	Jun-21	Dez-21	Jun-22
Crédito ao Governo / Crédito Total	45.14%	39.76%	44.64%	44.74%	45.40%
Dívida Pública/PIB	89.58%	97.35%	87.11%	92.19%	87.92%

Fonte: BM e INE

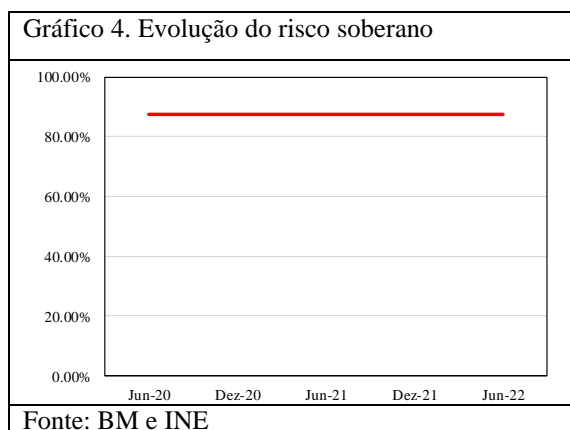
Em Junho de 2022, o rácio do crédito ao Governo sobre o crédito total registou um incremento de 0,66 pp, comparativamente a Dezembro de 2021, passando para 45,40%.

Em termos homólogos, o rácio teve um incremento de 0,75 pp, depois de 44,64%, correspondente a risco severo.

Por sua vez, o rácio da dívida pública sobre o PIB teve uma redução de 4,27 pp e passou de 92,19%, em Dezembro de 2021, para 87,92%, em Junho de 2022. Porém, o indicador permaneceu no nível de risco severo. Em termos homólogos, o rácio da dívida pública sobre o PIB incrementou 0,81 pp.

¹⁰ Em Junho de 2022, o índice da categoria de risco soberano fixou-se em 87,50%, percentagem igualmente registada em Dezembro e Junho de 2021.

Esta variação foi influenciada pela queda da dívida total em 4,63%, concretamente na componente externa (com maior peso no total), que reduziu em 9,42%, ainda que a componente interna tenha registado um incremento de 10,72%.



2.2.3. Risco de rentabilidade e solvência

O risco de rentabilidade e solvência manteve-se no nível baixo¹¹ durante o primeiro semestre de 2022, sinalizando que o sistema continua rentável, financeiramente robusto e resiliente aos efeitos negativos das adversidades enfrentadas recentemente.

No que respeita à rentabilidade, os indicadores mostram um crescimento dos resultados, tendo a rentabilidade do activo (ROA) incrementado 0,19 pp,

comparativamente a Dezembro de 2021, passando para 3,29% em Junho de 2022.

Adicionalmente, a rentabilidade dos fundos próprios (ROE) aumentou em 1,24 pp, transitando para 26,40%, no mesmo período, o que favoreceu a manutenção do risco baixo da categoria.

A subida dos níveis de rentabilidade verificou-se também em termos homólogos, onde a ROA e ROE tiveram um aumento de 0,37 pp e 1,30 pp, respectivamente.

O bom desempenho do sector bancário no semestre contribuiu para o reforço dos níveis de solvabilidade, com destaque para o rácio de solvabilidade de base, que se fixou em 27,33% em Junho de 2022, depois de 26,71% e 26,62% em Dezembro e Junho de 2021, respectivamente.

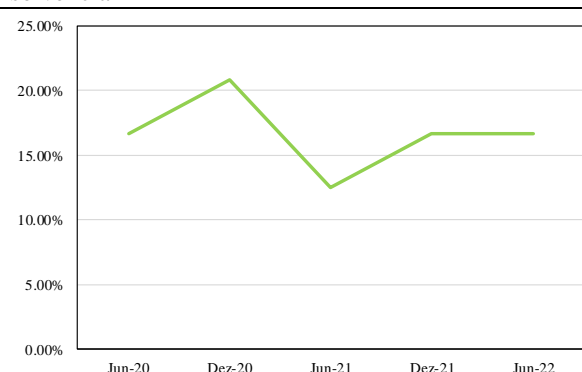
Tabela 7. Indicadores de rentabilidade e solvência

Risco de rentabilidade e solvência (valores registados)					
	Jun-20	Dez-20	Jun-21	Dez-21	Jun-22
ROA	2.41%	2.20%	2.92%	3.10%	3.29%
ROE	20.17%	18.75%	24.62%	25.15%	26.40%
Cost-to-Income Bancário	62.45%	62.05%	57.08%	53.75%	53.34%
Cobertura de NPL	75.00%	74.09%	75.26%	72.63%	67.99%
Alavancagem	11.69%	12.46%	12.20%	13.27%	12.92%
Rácio de Solvabilidade de Base	25.44%	27.18%	26.62%	26.71%	27.33%

Fonte: BM e INE

¹¹ Em Junho de 2022, o índice da categoria de risco de rentabilidade e solvência fixou-se em 16,67%, após 16,67%, em Dezembro de 2021, e 12,50%, em Junho de 2021.

Gráfico 5. Evolução do risco de rentabilidade e solvência



Fonte: BM e INE

2.2.4. Risco de crédito

Em Junho de 2022, o risco de crédito permaneceu no nível moderado¹², em resultado do comportamento estável dos respectivos indicadores.

Com efeito, o crescimento do crédito à economia registou uma desaceleração de 1,46 pp, passando de um crescimento de 2,66%, em Dezembro de 2021, para 1,20%, em Junho de 2022, equivalente ao nível de risco baixo.

Tabela 8. Indicadores do risco de crédito

Risco de crédito (valores registados)					
	Jun-20	Dez-20	Jun-21	Dez-21	Jun-22
Hiatos CE/PIB	-4.15%	-2.82%	-3.87%	-2.77%	-5.30%
NPL	12.63%	9.83%	9.92%	10.60%	10.02%
Crescimento do Crédito à Economia	9.75%	14.62%	8.90%	2.66%	1.20%

Fonte: BM e INE

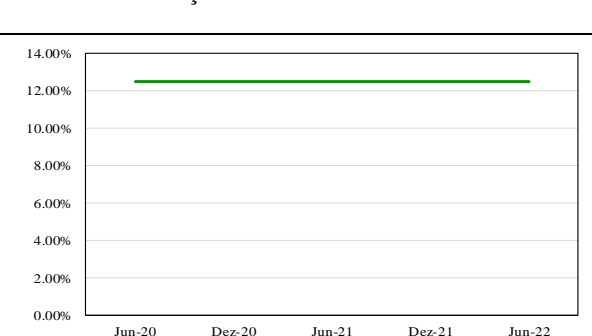
Relativamente ao hiato do rácio CE/PIB, evoluiu no sentido análogo e permaneceu

¹² Em Junho de 2022, o índice da categoria de risco de crédito situou-se em 29,17%, percentagem igualmente registada em Dezembro e Junho de 2021.

em níveis de risco baixo, fixando-se em -5,30% em Junho de 2022, depois de -2,77% e -3,87% em Dezembro e Junho de 2021, respectivamente.

Por outro lado, em Junho de 2022 o rácio do crédito em incumprimento fixou-se em 10,02%, cifra equivalente ao nível de risco alto, depois de 10,60% e 9,92% em Dezembro e Junho de 2021, respectivamente.

Gráfico 6. Evolução do risco de crédito



Fonte: BM e INE

2.2.5. Risco de financiamento e liquidez

O risco de financiamento e liquidez manteve-se no nível baixo¹³, reflectindo a elevada liquidez existente no mercado e a desaceleração do crescimento do crédito à economia.

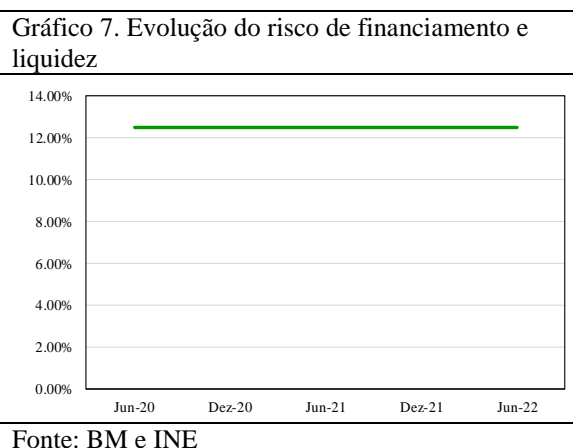
¹³ Em Junho de 2022, o índice da categoria de risco de financiamento e liquidez fixou-se em 12,50%, percentagem igualmente registada em Dezembro e Junho de 2021.

Efectivamente, o rácio de cobertura de liquidez de curto prazo permaneceu no nível de risco baixo e fixou-se em 68,81% em Junho de 2022, depois de 68,30% e 56,90% em Dezembro e Junho de 2021, respectivamente.

Tabela 9. Indicadores de risco de financiamento e liquidez					
Risco de financiamento e liquidez (valores registados)					
	Jun-20	Dez-20	Jun-21	Dez-21	Jun-22
Rácio entre Empréstimos e Depósitos	53.64%	48.94%	51.07%	50.22%	48.07%
Rácio de cobertura de liquidez de Curto Prazo	57.80%	58.54%	56.90%	68.30%	68.81%

Fonte: BM e INE

No que respeita ao rácio de transformação de depósitos em empréstimos, registou uma redução de 2,15 pp e 3,00 pp, comparativamente a Dezembro e Junho de 2021, respectivamente, fixando-se em 51,07% em Junho de 2022.



2.2.6. Risco de mercado

Em Junho de 2022, o risco de mercado sofreu um ligeiro agravamento, face a Dezembro de 2021, influenciado pela subida da *prime rate* do sistema financeiro. Contudo, permaneceu no nível moderado.

Tabela 10. Indicadores do risco de mercado					
Risco de mercado (valores registados)					
	Jun-20	Dez-20	Jun-21	Dez-21	Jun-22
Volatilidade USD/MZM (trimestral)	5.07%	3.62%	-5.84%	0.00%	0.05%
Crédito em ME/ Crédito Total	21.08%	21.63%	21.14%	17.53%	20.40%
Depositos em ME/ Depositos Totais	28.86%	28.46%	25.49%	25.84%	27.45%
Prime Rate do Sistema Financeiro	16.90%	15.90%	18.90%	18.60%	20.60%

Fonte: BM e INE

Com efeito, a *prime rate* do sistema financeiro teve um incremento de 2,00 pp durante o semestre, transitando de 18,60%¹⁴, em Dezembro de 2021 para 20,60%, em Junho de 2022, equivalente a risco severo.

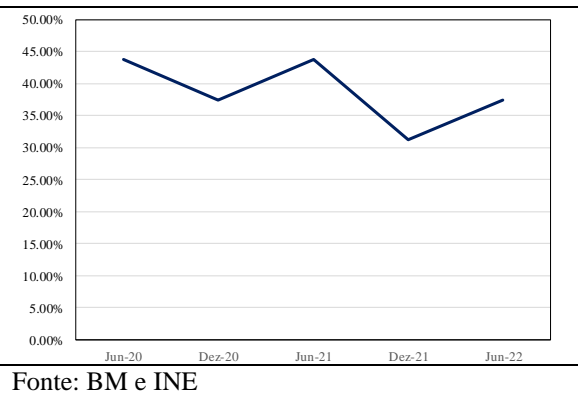
Esta subida da *prime rate* resultou no aumento do subíndice de risco de mercado em 6,25 pp, para 37,50% em Junho de 2022.

A manutenção do risco de mercado no nível moderado, durante o período em análise, foi favorecida pela estabilidade dos demais indicadores da categoria.

¹⁴ Correspondente ao nível de risco alto.

Com efeito, o rácio do crédito em moeda estrangeira (ME) sobre o crédito total foi baixo; o rácio dos depósitos em ME sobre depósitos totais foi moderado; e a volatilidade trimestral da taxa de câmbio MZN/USD permaneceram nos níveis de risco baixo e moderado, respectivamente.

Gráfico 8. Evolução do risco de mercado



Fonte: BM e INE

Caixa 1. Metodologia para o cálculo do índice de estabilidade financeira

A avaliação de risco sistémico baseia-se num índice de estabilidade financeira que é determinado através de uma matriz de risco sistémico, composta por 19 indicadores de risco, agrupados em seis categorias de risco, que correspondem às principais fontes de risco sistémico do sector bancário moçambicano, nomeadamente:

- risco macroeconómico;
- risco soberano;
- risco de rentabilidade e solvência;
- risco de crédito;
- risco de financiamento e liquidez; e
- risco de mercado.

Foram fixados quatro níveis de risco para cada indicador, caracterizados por limites que os definem, nomeadamente: i) intervalo de valores associados ao risco baixo; ii) intervalo de valores associados ao risco moderado; iii) intervalo de valores associados ao risco alto; e iv) intervalo de valores associados ao risco severo.

Dada a natureza díspar dos indicadores e a diferença das unidades de medida, os valores observados são codificados em função dos intervalos de risco correspondentes, conforme ilustra a tabela abaixo:

Tabela 11. Classificação de 4 níveis de risco				
Níveis de risco	Baixo	Moderado	Alto	Severo
Intervalos de risco	0% - 25%	25% - 50%	50% - 75%	75% - 100%
Ponderadores de risco	12,50%	37,50%	62,50%	87,50%

Na tabela 12 são apresentados os intervalos de risco dos 19 indicadores de risco sistémico.

O primeiro passo da determinação do índice geral de estabilidade financeira consiste em calcular o índice para cada uma das categorias de risco, sendo este obtido a partir da média dos valores ponderados de risco dos respectivos indicadores. Por sua vez, o índice de estabilidade financeira é determinado através da média dos índices das categorias de risco.

O risco sistémico pode ser classificado como baixo, moderado, alto e severo, em função do intervalo de risco constante da tabela 4, correspondente à percentagem do índice de estabilidade financeira.

Tabela 12. Intervalos de risco dos 19 indicadores de risco sistémico

Risco Macroeconómico							
Indicadores	Intervalos de risco				Direção do Risco		
	Baixo	Moderado	Alto	Severo			
Crescimento do PIB	8,00% - 5,00%	5,00% - 3,00%	3,00% - 1,50%	≤ 1,5%	100.00%	→	-100.00%
Inflação	2,00% - 4,00%	4,00% - 6,00%	6,00% - 10,00%	≥ 10%	-100.00%	→	100.00%
Risco Soberano							
Indicadores	Intervalos de risco				Direção do Risco		
	Baixo	Moderado	Alto	Severo			
Crédito ao Governo / Crédito Total	< 10,00%	10,00% - 20,00%	20% - 30,00%	≥ 30%	0.00%	→	100.00%
Dívida Pública/PIB	< 40,00%	40,00% - 60,00%	60,00% - 80,00%	≥ 80%	0.00%	→	100.00%
Risco de Rendibilidade e Solvência							
Indicadores	Intervalos de risco				Direção do Risco		
	Baixo	Moderado	Alto	Severo			
ROA	> 2,00%	2,00% - 0,75%	0,75% - 0,25%	≤ 0,25%	100.00%	→	-100.00%
ROE	> 10,00%	10,00% - 5,00%	5,00% - 2,50%	≤ 2,50%	100.00%	→	-100.00%
Cost-to-Income Bancário	< 60,00%	60,00% - 80,00%	80,00% - 90,00%	≥ 90,00%	0.00%	→	100.00%
Cobertura de NPL	> 75,00%	75,00% - 50,00%	50,00% - 25,00%	≤ 25,00%	100.00%	→	0.00%
Alavancagem	> 10,00%	10,00% - 8,00%	8% - 6,00%	≤ 6,00%	100.00%	→	0.00%
Rácio de Solvabilidade de Base	> 16,50%	16,50% - 12,00%	12,00% - 10,00%	≤ 10%	100.00%	→	0.00%
Risco de Crédito							
Indicadores	Intervalos de risco				Direção do Risco		
	Baixo	Moderado	Alto	Severo			
Híato CE/PIB	< 0,00	0,00 - 0,02	0,02 - 0,03	≥ 0,03	-1.00	→	1.00
Rácio de NPL	< 5,00%	5% - 10,00%	10% - 15,00%	≥ 15%	0.00%	→	100.00%
Crescimento do Crédito à Economia	< 15,00%	15,00% - 20,00%	20% - 30%	≥ 30%	-100.00%	→	100.00%
Risco de Financiamento e Liquidez							
Indicadores	Intervalos de risco				Direção do Risco		
	Baixo	Moderado	Alto	Severo			
Rácio entre Empréstimos e Depósitos	< 70,00%	70,00% - 85,00%	85,00% - 90,00%	≥ 90%	0.00%	→	100.00%
Rácio de cobertura de liquidez de Curto Prazo	> 40,00%	40,00% - 15,00%	15,00% - 10,00%	≤ 10%	100.00%	→	0.00%
Risco de Mercado							
Indicadores	Intervalos de risco				Direção do Risco		
	Baixo	Moderado	Alto	Severo			
Volatilidade USD/MZM	0,00% - 2,00%	2,00% - 4,00%	4,00% - 6,00%	≥ 6,00%	0.00%	→	100.00%
Crédito em ME/ Crédito Total	< 25,00%	25,00% - 50,00%	50,00% - 75,00%	≥ 75,00%	0.00%	→	100.00%
Depósitos em ME/ Depósitos Totais	< 25,00%	25,00% - 50,00%	50,00% - 75,00%	≥ 75,00%	0.00%	→	100.00%
Prime Rate do Sistema Financeiro	< 10,00%	10,00% - 15,00%	15,00% - 20,00%	≥ 20,00%	0.00%	→	100.00%

Caixa 2. Metodologia de cálculo de D-SIBs

Contextualização

Ao abrigo do Aviso n.º 10/GBM/2018, de 22 de Outubro, o BM procede periodicamente, para propósitos macroprudenciais, à identificação de instituições de crédito sistemicamente importantes a operar no sistema financeiro moçambicano, com o objectivo de minimizar as repercussões negativas que os desequilíbrios neste tipo de instituições podem causar na economia, bem assim preservar o seu funcionamento normal nos seguintes domínios:

- (i) disponibilização de recursos ao público e à economia em geral, em quantidade e qualidade satisfatórias;
- (ii) recepção de depósitos e concessão de crédito às empresas, às famílias e ao sector público;
- (iii) permutas de fundos entre si no Mercado Monetário Interbancário;
- (iv) disponibilização de recursos ao Estado por via da aquisição de obrigações, bilhetes e outros títulos do Tesouro; e
- (v) outras funções básicas inerentes à sua actividade de intermediação financeira e mediação de pagamentos.

Assim, todas as instituições de crédito do sector bancário moçambicano são importantes, na medida em que a maioria recebe do público depósitos ou outro tipo de fundos (reembolsáveis), a fim de os aplicar por conta própria mediante a concessão de crédito, e procuram assegurar a canalização da poupança para o investimento nos mercados financeiros, através da compra e venda de produtos financeiros.

A diferença entre uma instituição de crédito doméstica normal e uma instituição de crédito doméstica de importância sistémica (D-SIB) é que este último tipo de instituição, caso registe um colapso, tem o potencial de causar uma perturbação significativa no sector bancário, no sistema financeiro e na actividade económica em geral.

Metodologia

A determinação das instituições de crédito domésticas de importância sistémica assenta numa pontuação média de três pilares fundamentais, com pesos distintos:

Categoria	Indicadores		Peso
Tamanho (50%)	Activo total do balanço	A	25%
	Número de agências	B	25%/3
	Número de ATM	C	25%/3
	Número de POS	D	25%/3
Interligação (25%)	Recursos (activos) do sistema intrafinanceiro	E	25%/3
	Responsabilidades (passivos) do sistema intrafinanceiro	F	25%/3
	Títulos em carteira	G	25%/3
Substituibilidade (25%)	Actividade de pagamento	H	25%

Refira-se que os recursos e responsabilidades do sistema intrafinanceiro são as permutas de liquidez no Mercado Monetário Interbancário (empréstimos de liquidez entre bancos, maioritariamente sem colaterais) em que as operações das instituições de crédito cedentes são recursos (activos) e as adquirentes são responsabilidades (passivos).

A actividade de pagamento diz respeito a todas as operações a débito e a crédito da conta de cada instituição de crédito aberta no Banco de Moçambique efectuadas em Dezembro de cada ano.

Com base nos dados do sector bancário reportados a Dezembro do ano anterior, calcula-se a pontuação final de cada instituição de crédito utilizando a fórmula que segue:

$$Pontuação_{ICI} = \left(\left[25\% \left(\frac{A}{\sum^p A} \right) + \frac{25\%}{3} \left(\frac{B_i}{\sum^p B} + \frac{C_i}{\sum^p C} + \frac{D_i}{\sum^p D} \right) \right] + \dots + \frac{25\%}{3} \left(\frac{E_i}{\sum^p E} + \frac{F_i}{\sum^p F} + \frac{G_i}{\sum^p G} \right) + 25\% \left(\frac{H}{\sum^p H} \right) \right) * 1000$$

Classificação

De acordo com a pontuação resultante da aplicação do normativo acima referido, as instituições de crédito classificam-se em:

- **Sistemicamente importantes** – as instituições de crédito cuja pontuação exceda os 130 pontos (D-SIBs);
- **Quase sistemicamente importantes** – as instituições de crédito cuja pontuação esteja compreendida entre 65 e 130 pontos (**Quase D-SIBs**);
- **Sem importância sistémica** – as instituições de crédito cuja pontuação esteja abaixo de 65 pontos.

Amortecedores de conservação

As D-SIBs e Quase D-SIBs estão sujeitas à constituição de um amortecedor de conservação que obedece aos escalões definidos na tabela abaixo:

Amortecedores	Pontuações
Escalão 4 (+5,0% Capital nível 1 e 2)	430-529
Escalão 3 (+4,0% Capital nível 1 e 2)	330-429
Escalão 2 (+3,0% Capital nível 1 e 2)	230-329
Escalão 1 (+2,0% Capital nível 1 e 2)	131-229
Escalão 0 (+1,0% Capital nível 1 e 2)	065-130

III. DESEMPENHO DO SISTEMA FINANCEIRO

3.1. Sector bancário

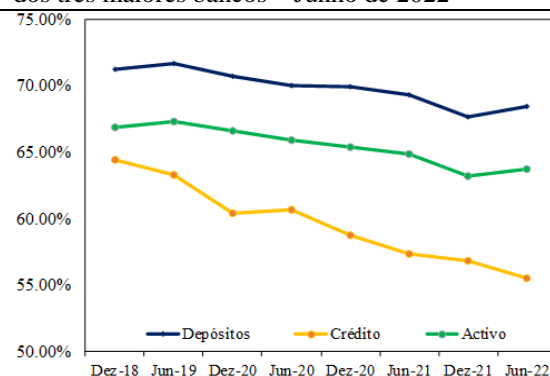
O sector bancário manteve-se sólido e resiliente durante o período em análise, com crescimento de resultados e níveis adequados de capitalização e liquidez. Entretanto, no que concerne à qualidade do activo, o rácio do crédito em incumprimento situou-se em 10,02%, acima do *benchmark* convencional de 5,0%.

3.1.1. Níveis de concentração do sector bancário

Em Junho último, o sector bancário moçambicano apresentava níveis de concentração moderados, segundo o índice de Herfindahl – Hirschman (IHH)¹⁵.

¹⁵ Método de avaliação do grau de concentração num mercado, muito utilizado pelas entidades nacionais e internacionais, para medir a concorrência entre as instituições. É calculado através da soma dos quadrados das quotas de mercado das instituições que operam num mercado, e varia entre 0 e 1. Os valores entre 0 e 0,1 traduzem que o nível de concentração do mercado é baixo; entre 0,1 e 0,18 é moderado, e acima de 0,18 são considerados elevados.

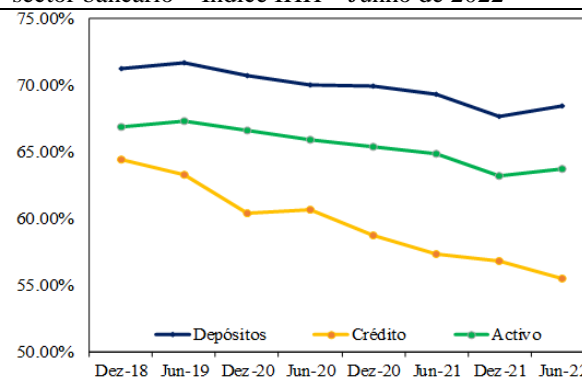
Gráfico 9. Evolução dos níveis de concentração dos três maiores bancos – Junho de 2022



Fonte: BM

Os três maiores bancos de importância sistémica concentravam, em conjunto, 63,67% dos activos totais, 68,45% dos depósitos e 55,53% do crédito do sector bancário (gráfico 9), tendo o índice de concentração IHH se fixado em 0,150 (0,155 em Junho de 2021) para activos, 0,172 (0,175 em Junho de 2021) para depósitos e 0,134 (0,142 em Junho de 2021) para crédito (gráfico 10).

Gráfico 10. Evolução dos níveis de concentração do sector bancário – Índice IHH – Junho de 2022



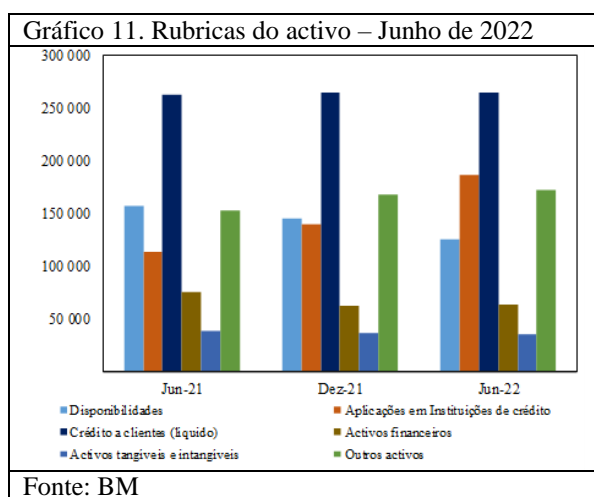
Fonte: BM

3.1.2. Estrutura do balanço

3.1.2.1. Activo

No período em análise, o activo do sector bancário ascendeu a 847 mil milhões de meticais, representando um crescimento de **3,99%** e **6,13%** em relação a Dezembro e Junho de 2021, respectivamente.

Esta variação positiva em relação ao período homólogo foi motivada essencialmente pelo crescimento das aplicações em instituições de crédito em 63,89% e outros activos em 12,97%, atenuada pela queda das disponibilidades e activos financeiros em 19,84% e 15,28%, respectivamente.



Estruturalmente, o crédito líquido de imparidades continua a representar a parcela substancial do balanço do sector bancário nacional, alcançando o peso de 31,19% (**32,51%** em Dezembro de 2021 e **32,81%** em Junho de 21).

Para além do crédito, as instituições de crédito têm investido em activos mais líquidos e de menor risco, nomeadamente disponibilidades, aplicações em instituições de crédito e activos financeiros, os quais, juntos, representam 44,30% do total do activo (42,50%, em Dezembro de 2021 e 43,24% em Junho de 2021).

As rubricas “outros activos” e “activos tangíveis e intangíveis” representam 20,36% (20,59% em Dezembro de 2021 e 19,13% em Junho de 2021) e 4,16% (4,40% em Dezembro de 2021 e 4,82% em Junho de 2021) do activo, respectivamente.

3.1.2.2. Passivo e capitais próprios

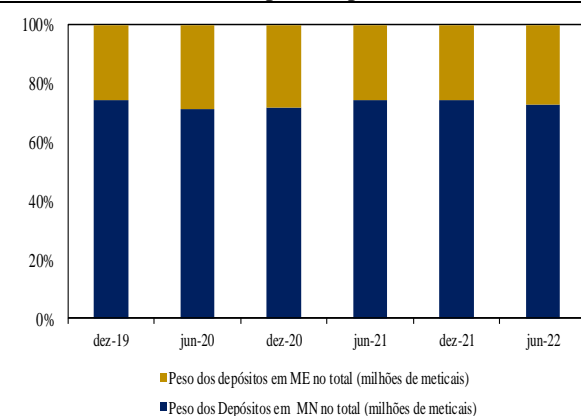
Em Junho de 2022, o passivo total do sector bancário totalizou 703 mil milhões de meticais, representando um aumento de **6,13%** e **6,66%** em relação a Dezembro e Junho de 2021, respectivamente.

Os depósitos, que constituem a principal fonte de financiamento da actividade bancária, fixaram-se em 601 mil milhões de meticais, dos quais 72,55% em moeda nacional e o remanescente em moeda estrangeira.

Relativamente ao período homólogo, os depósitos em moeda nacional e moeda estrangeira aumentaram em 15,33% e 4,25%, respectivamente.

O peso dos depósitos em moeda estrangeira na estrutura dos depósitos totais mantém-se em redor de 27% (gráfico 12).

Gráfico 12. Peso dos depósitos por moeda

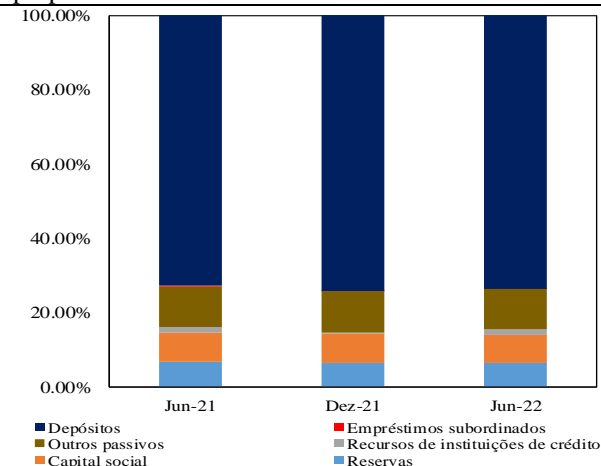


Fonte: BM

Os capitais próprios do sector bancário totalizaram 144,2 mil milhões de metcais, representando uma diminuição de 5,30% em relação a Dezembro de 2021 e um incremento de 3,64% comparativamente a Junho de 2021.

No que concerne ao período homólogo, esta variação deveu-se, sobretudo, à expansão dos resultados líquidos do exercício em 2,2 mil milhões de metcais, correspondentes a 19,61% (gráfico 13).

Gráfico 13. Principais rubricas do passivo e capitais próprios



Fonte: BM

3.1.3. Indicadores de solidez financeira

3.1.3.1. Adequação de capital

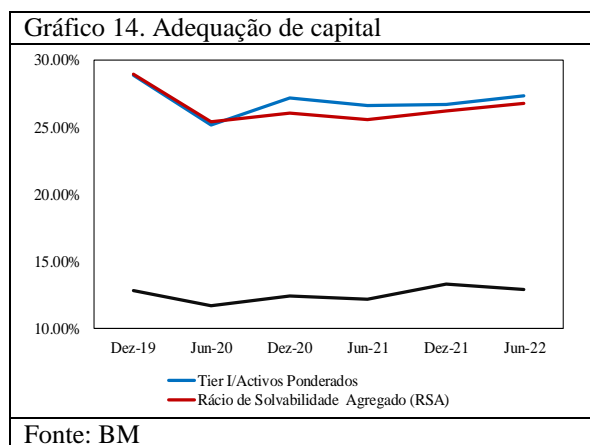
Os indicadores de adequação de capital do sector bancário permaneceram em níveis confortáveis durante o período em análise.

O rácio de solvabilidade agregado fixou-se em 26,76% (26,19% em Dezembro de 2021 e 25,60% em Junho de 2021), muito acima do mínimo regulamentar (12,0%).

Em relação ao período homólogo, esta variação foi proporcionada pelo incremento dos fundos próprios em 14,52%, que compensaram o crescimento de 9,54% dos activos ponderados pelo risco.

O rácio Tier 1¹⁶ – activos ponderados pelo risco situou-se em 27,33% (26,71% em Dezembro de 2021 e 26,62% em Junho de 2021), acima do mínimo regulamentar (10,0%), impulsionado pelo crescimento do Tier 1 em maiores proporções que os activos ponderados pelo risco. Esta variação traduz-se numa maior cobertura do capital de superior qualidade sobre os activos ponderados pelo risco (gráfico 14).

O rácio de alavancagem¹⁷, outro indicador de adequação do capital, que fornece a indicação da dimensão em que os activos são financiados pelos capitais próprios, fixou-se em 12,92% (13,27% em Dezembro de 2021 e 12,20% em Junho de 2021 – gráfico 14).



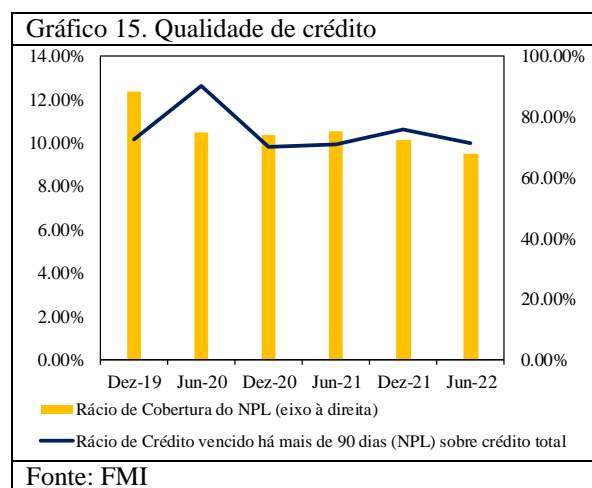
¹⁶ O Tier 1 corresponde ao somatório dos fundos próprios de base, de acordo com o Aviso 09/GBM/2017, de 05 de Junho.

¹⁷ Estabelece a relação entre o Tier 1 e os activos totais deduzidos de intangíveis.

3.1.3.2. Qualidade de activos

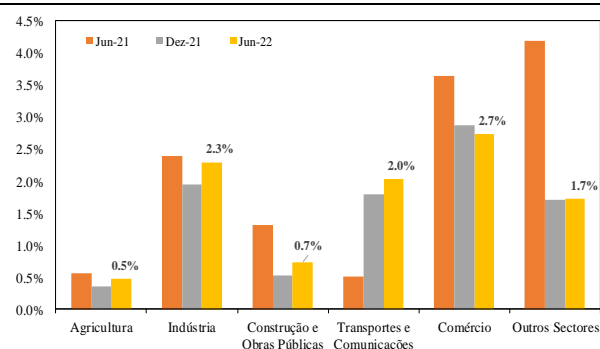
A qualidade do activo, medida pela proporção do crédito vencido há mais de 90 dias (NPL) sobre o crédito total, manteve-se relativamente inalterada no período em análise. O rácio do NPL fixou-se em 10,02% (10,60% em Dezembro de 2021 e 9,92% em Junho de 2021), cifra acima do *benchmark* convencional de 5,0%.

A cobertura do crédito vencido há mais de 90 dias pelas provisões específicas diminuiu, tendo transitado de 75,26%, em Junho de 2021, para 67,99%, em Junho de 2022, depois de 72,63 % em Dezembro de 2021 (gráfico 15).



Em termos de contribuição do NPL por sectores de actividade, em Junho de 2022 o comércio teve o maior contributo, com 2,7%, seguido da indústria, com 2,3%, e dos transportes e comunicações, com 2,0% (gráfico 16).

Gráfico 16. Contribuição do NPL por sectores de actividade



Fonte: BM

3.1.3.3. Rendibilidade

Em Junho de 2022, apesar da conjuntura macrofinanceira actual, o sector bancário continuou a registar lucros, pois os resultados líquidos do exercício aumentaram em 2,2 mil milhões de meticais em relação ao período homólogo, fixando-se em 13,4 mil milhões de meticais.

Esta variação é justificada pelo incremento dos resultados de reavaliação cambial em 1,1 mil milhões de meticais (28,88%), dos resultados de operações financeiras em 0,9 mil milhões de meticais (20,29%), e da margem financeira em 4,4 mil milhões de meticais (15,98%).

Os principais indicadores de rendibilidade registaram valores relativamente superiores aos do período homólogo (tabela 13).

Tabela 13. Principais indicadores de rendibilidade

Descrição	Dez-20	Jun-21	Dez-21	Jun-22
ROA	2,20%	2,92%	3,10%	3,29%
ROE	18,75%	24,62%	25,15%	26,40%
Rácio de margem financeira	65,89%	64,88%	64,08%	67,10%
Rácio <i>cost-to-income</i>	62,05%	57,07%	53,75%	53,34%

Fonte: BM

A ROA fixou-se em 3,29% (3,10% em Dezembro de 2021 e 2,92% em Junho de 2021) e a ROE registou o valor de 26,40% (25,15% em Dezembro de 2021 e 24,62% em Junho de 2021).

O rácio da margem financeira fixou-se em 67,10% (64,08% em Dezembro de 2021 e 64,88% em Junho de 2021), o que significa que cerca de 67% do produto bancário provém da actividade de intermediação financeira (captação de poupança e concessão de crédito).

O rácio *cost-to-income* situou-se em 53,34% (53,75% em Dezembro de 2021 e 57,08% em Junho de 2021), registando uma diminuição de 3,7 pp em relação ao período homólogo, o que indicia uma melhoria da eficiência bancária.

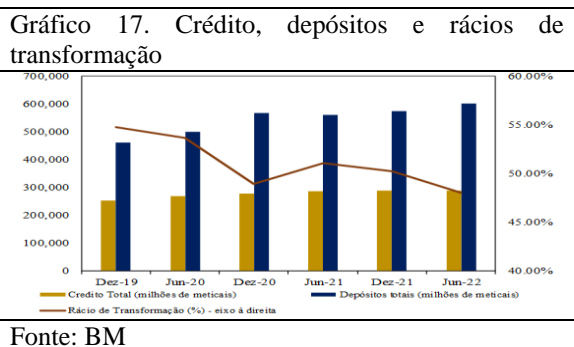
3.1.3.4. Liquidez e gestão de fundos

Em Junho último, os principais indicadores de liquidez mantiveram-se em níveis elevados, comparativamente ao período homólogo, o que permite assegurar a continuidade das operações de financiamento do sector bancário (tabela 14).

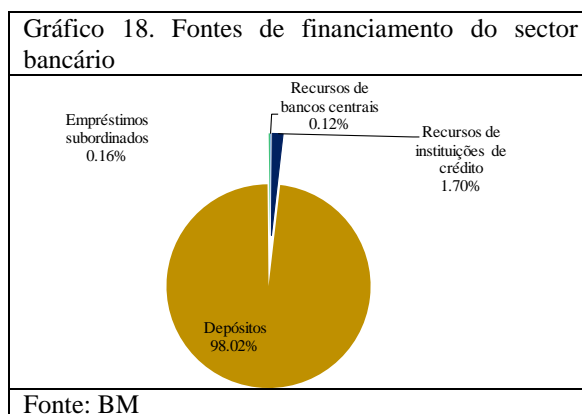
Tabela 14. Principais indicadores de liquidez			
Rácio	Jun-21	Dez-21	Jun-22
Activos líquidos/depósitos totais	58,52%	67,98%	68,54%
Activos líquidos/total do activo	41,17%	47,89%	48,65%
Cobertura de liquidez de curto prazo	56,90%	68,30%	68,81%
Taxa de transformação de depósitos em crédito	51,07%	50,22%	48,07%
Fonte: BM			

Relativamente ao rácio de transformação, a sua redução ficou a dever-se ao incremento dos depósitos (7,07%) a um ritmo superior ao do crescimento do crédito (1,27%), comparativamente ao período homólogo.

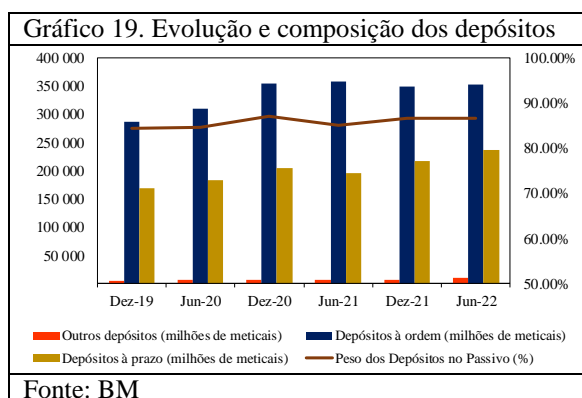
Se, por um lado, esta evolução se traduz no aumento da liquidez disponível, por outro impacta negativamente na rentabilidade das instituições de crédito, na medida em que o crédito constitui a principal rubrica da carteira de activos (gráfico 17).



Estruturalmente, os depósitos continuaram a ser a principal e a mais rentável fonte de financiamento do sector bancário, com um peso de 98,02% (98,30% em Dezembro de 2021 e 97,72% em Junho de 2021) do total, tendo as restantes fontes de recursos mantido um peso residual (gráfico 18).



No que respeita à estrutura dos depósitos, 58,69% correspondem aos depósitos à ordem e o remanescente equivale à componente a prazo (39,58%) e outros depósitos (1,73%). Relativamente ao período homólogo, os depósitos a prazo e outros depósitos registaram aumentos equivalentes a 20,97% e 51,49%, enquanto os depósitos à ordem diminuíram em 1,41%.



Caixa 3. Ciclos financeiros e de negócios em Moçambique

O ciclo financeiro é definido como o desvio de variáveis financeiras (normalmente o rácio do CE em relação ao PIB) face à sua tendência de longo prazo. Este ciclo é caracterizado por períodos de expansão seguidos de retracção da actividade financeira.

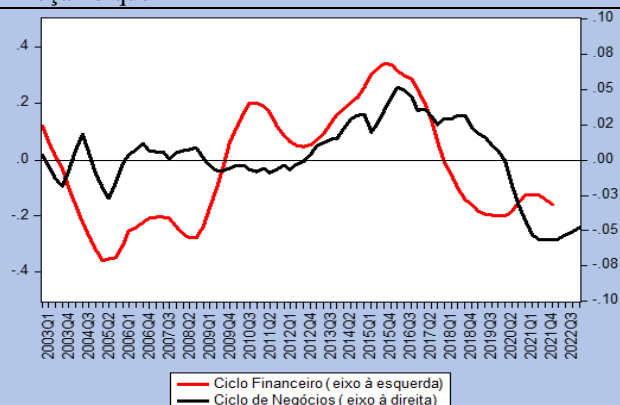
Por sua vez, os ciclos de negócios referem-se ao desvio da actividade económica real em relação à sua tendência de longo prazo, caracterizado por períodos de expansão seguidos de recessão da actividade económica. Essencialmente, o ciclo de negócios indica a posição da economia em relação ao seu nível de equilíbrio e prováveis impactos sobre a evolução da inflação.

O gráfico abaixo mostra a evolução dos ciclos de negócio e financeiro em Moçambique¹⁸, para o período de 2002Q4 a 2022Q2, indicando que, no final do período em análise, tanto o ciclo financeiro como o ciclo de negócios estão abaixo do potencial e se distanciam da sua tendência de longo prazo, situação que denota a contracção da actividade económica.

Esta situação pode ser explicada pelas vulnerabilidades a que a economia esteve sujeita, destacando-se a continuação da degradação do ambiente de investimento devido à instabilidade militar na zona norte, em Cabo Delgado, factores climáticos adversos, com destaque para o ciclone Gombe e a depressão tropical Ana, o endividamento do sector público e a confiança do país no mercado internacional (embora com tendências para melhoria gradual com a retoma das discussões de programa com o Fundo Monetário Internacional), não obstante a redução das medidas restritivas no âmbito da pandemia de COVID-19, que permitiu ligeiro melhoramento dos rendimentos e confiança das famílias e empresas.

A duração mais longa do ciclo financeiro, comparativamente ao ciclo de negócios, exige que a condução da

Gráfico 20. Ciclos financeiro e de negócios em Moçambique



Fonte: INE e BM

política monetária seja mais *forward-looking*, a fim de encontrar o equilíbrio entre a manutenção da estabilidade macroeconómica e da estabilidade financeira, dadas as diferenças nas durações dos seus ciclos¹⁹. Do lado macroprudencial, a identificação conjunta dos ciclos financeiro e de negócios, historicamente e em tempo real, complementada com a análise do risco sistémico no país e de outras variáveis financeiras, permitirá a escolha de medidas de política apropriadas²⁰ para amortecimento dos impactos na estabilidade monetária e financeira.

¹⁸ A determinação dos ciclos foi feita mediante uso do filtro Hodrick-Prescott (HP filter), metodologia recomendada pelo Comité de Basileia III como apropriada para o efeito.

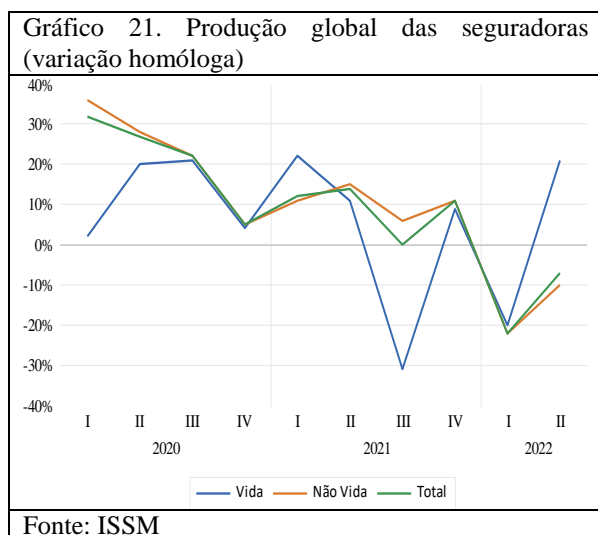
¹⁹ Por exemplo, em períodos em que o ciclo financeiro se expande consideravelmente ou atinge um nível alto durante uma contracção do ciclo de negócios, a flexibilização da política monetária com o objectivo de estimular a economia pode levar a uma maior acumulação de riscos para a estabilidade financeira, porque os custos de empréstimos mais baixos encorajam uma maior expansão do crédito e aumento dos preços dos activos.

²⁰ Tais medidas podem incluir a exigência de maiores amortecedores anticíclicos e o uso de rácios de LTV (*loan-to-value*) mais rígidos, em circunstâncias, por exemplo, de rápido crescimento dos preços das habitações e crédito (em vez de apenas crédito), uma vez que recessões associadas às grandes variações nas duas variáveis financeiras são mais longas e mais profundas. Podem incluir ainda a utilização de amortecedores de capital ou liquidez, que teriam que ser maiores para casos em que os mercados tendem a sofrer recessões mais profundas, com desacelerações financeiras mais severas, as quais, pelo menos até à crise financeira global de 2007-2009, aconteciam com mais frequência nos mercados emergentes.

3.2. Sector de seguros

O sector de seguros mostrou-se resiliente face à conjuntura económica doméstica, afectada pelo agravamento dos riscos e incertezas resultantes da intensificação da instabilidade militar na zona norte do país e do conflito geopolítico entre a Rússia e a Ucrânia.

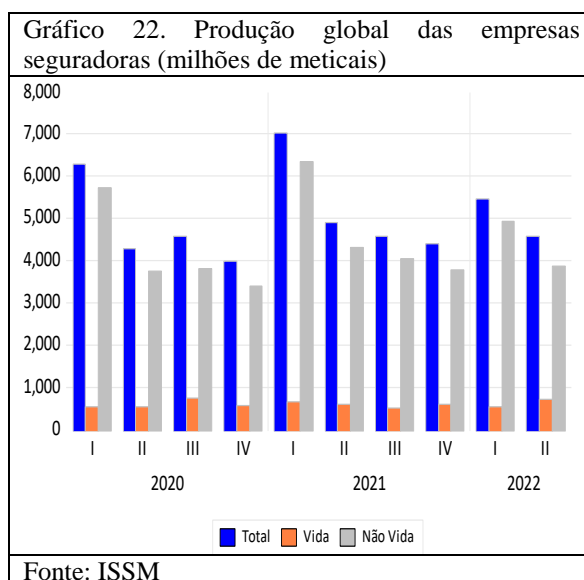
No I semestre de 2022, a produção global do sector de seguros em Moçambique decresceu em 6,60%, ao passar de 4.916,94 milhões de meticais (Junho de 2021) para 4.594,61 milhões de meticais (Junho de 2022), influenciada pela queda da produção no ramo não vida em 10,30% (gráfico 21).



Contribuiu para o fraco desempenho das seguradoras a diminuição da procura por parte das empresas, com maior expressão para as subscrições de serviços de seguros,

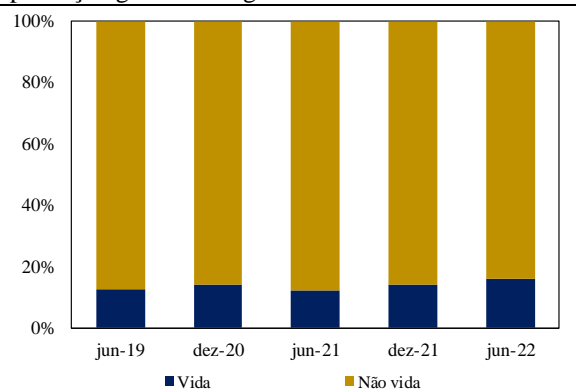
em particular no que diz respeito aos seguros de incêndio, acidentes de trabalho, automóvel, responsabilidade civil geral e seguro marítimo.

Em termos absolutos, no semestre em análise, a produção total reduziu em 322,33 milhões de meticais, reflectindo a queda da produção do ramo não vida em 446,28 milhões de meticais (gráfico 22).



No que respeita à estrutura global do sector de seguros, o ramo não vida continua a representar a maior quota do mercado de seguros, situando-se acima de 80,00% (gráfico 23).

Gráfico 23. Peso dos ramos não vida e vida na produção global de seguros



Fonte: ISSM

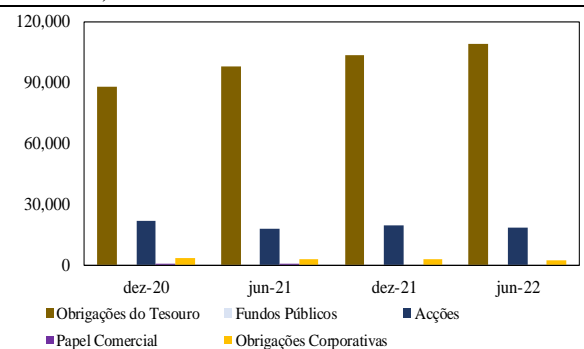
Em relação ao ramo não vida, destaca-se o crescimento, no último semestre, dos prémios brutos emitidos para o seguro relativo a acidentes pessoais (29%) e para o seguro de mercadorias transportadas (30%), os quais tiveram maior procura no período, representando um peso significativo na estrutura global da actividade seguradora no país.

3.3. Mercado de Valores Mobiliários

Em Junho de 2022, a capitalização bolsista situou-se em 130.365 milhões de meticaís, representando um incremento de 3,73% comparativamente a Dezembro de 2021 (126.105 milhões de meticaís) e 9,61% em relação ao período homólogo de 2021 (118.936 milhões de meticaís).

O aumento em causa continua a ser influenciado pelo desempenho das obrigações do Tesouro, com tendência crescente (gráfico 24).

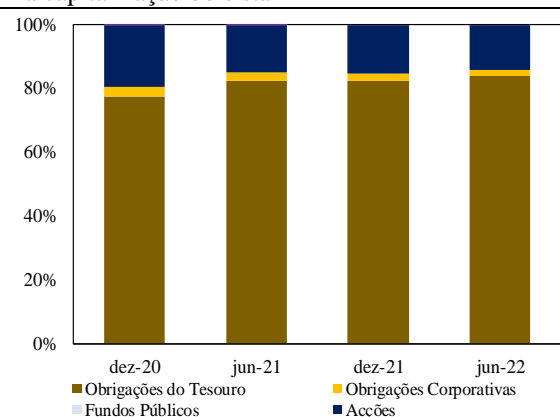
Gráfico 24. Capitalização bolsista (milhões de meticaís)



Fonte: BVM

No que respeita à estrutura dos títulos transaccionados na Bolsa de Valores de Moçambique (BVM), as obrigações do Tesouro representaram, no primeiro semestre de 2022, cerca de 83,9% da capitalização bolsista (82,3% em Dezembro de 2021 e Junho de 2021), sinalizando o peso cada vez mais expressivo do Estado no segmento de valores mobiliários (gráfico 25).

Gráfico 25. Peso dos diversos segmentos do MVM na capitalização bolsista

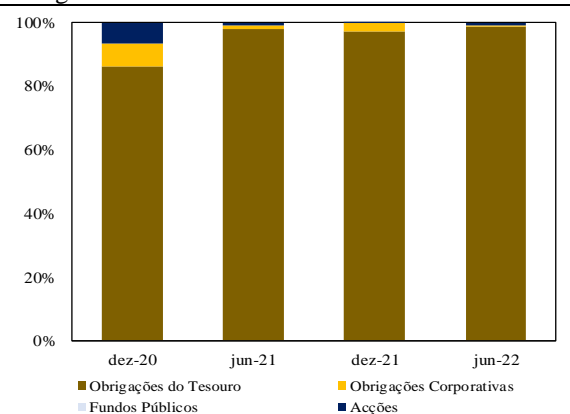


Fonte: BVM

O aumento do peso das obrigações do Tesouro na capitalização bolsista poderá incrementar o risco soberano a que estão sujeitos os detentores destes títulos, com destaque para os integrantes dos sectores bancário e de seguros, influenciando, de igual modo, o risco sistémico e a estabilidade financeira em geral.

De modo análogo, no que concerne ao volume de transacções por categoria de valores mobiliários, as obrigações do Tesouro continuam a registar o maior peso, com 98,6% do total no período em análise, com as acções (0,9%) e obrigações corporativas (0,5%) a completar o escalonamento (gráfico 26).

Gráfico 26. Peso do volume de transacções por categoria de valores mobiliários



Fonte: BVM

O mercado de capitais continua sem expressão no financiamento corporativo privado, o que é atestado pelo reduzido volume de transacções nos segmentos das acções e obrigações corporativas no semestre em apreço.

No concernente a emissões cotadas na bolsa (tabela 15), também se observa o maior peso das obrigações do Tesouro, que representam 63,0% do total, seguido do peso das acções (20,4%) e obrigações corporativas (16,7%).

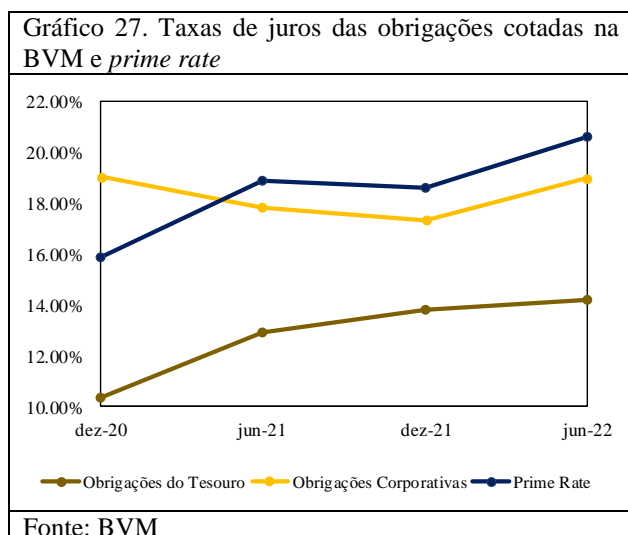
Tabela 15. Emissões cotadas na BVM

	dez-20	jun-21	dez-21	jun-22
Obrigações do Tesouro	35	36	33	34
Obrigações Corporativas	13	9	9	9
Fundos Públicos	0	0	0	0
Acções	11	11	12	11
Papel Comercial	3	1	0	0
Total	62	57	54	54

Fonte: BVM

A taxa de juros das obrigações corporativas apresenta-se abaixo da *prime rate* do sistema financeiro moçambicano (gráfico 27) desde Junho de 2021, devido à

subida da taxa de juro de política monetária (300 pb em Janeiro de 2021 e 200 pb em Março de 2022).



A manter-se este cenário, o financiamento com recurso ao MVM apresenta-se como uma alternativa menos onerosa comparativamente ao financiamento do sector bancário.

IV. DECISÕES DE POLÍTICA MACROPRUDENCIAL

O BM, na sua qualidade de autoridade macroprudencial nacional, define e executa a política macroprudencial, bem como analisa regularmente o sistema financeiro para identificar vulnerabilidades e riscos actuais e futuros, em cenários mais prováveis e adversos. Isto é, identifica, acompanha e avalia os riscos sistémicos.

O objectivo da política macroprudencial é tornar o sistema financeiro resiliente à absorção de riscos, garantindo níveis adequados de intermediação financeira e contribuindo para o crescimento económico sustentável.

No primeiro semestre de 2022, o BM decidiu manter as medidas de política macroprudencial já estabelecidas para mitigação do risco sistémico, designadamente:

- Amortecedor de conservação para os D-SIBs fixado no mínimo de 2,0%;
- Amortecedor de conservação para os Quase D-SIBs fixado em 1,0%;
- Limite de 100,0% no indicador LTV na concessão de crédito aos clientes das ICSF;

- Limite de 100% no indicador DTI nos empréstimos aos clientes pelas ICSF;
- Estabelecimento do amortecedor de capital contracíclico de fundos próprios como instrumento para prevenção e mitigação do crescimento excessivo do crédito e excessiva alavancagem.

É importante referir que o *buffer* de capital contracíclico consiste num requisito de capital adicional que visa suavizar os efeitos das variações no ciclo de crédito da economia.

A não activação deste amortecedor deve-se ao crescimento nominal baixo ou negativo do crédito à economia e ao facto de a relação CE/PIB manter um crescimento abaixo da tendência potencial de longo prazo.

Glossário

Activos ponderados pelo risco – conhecido internacionalmente por *risk weighted asset* (RWA), corresponde ao resultado da ponderação de cada activo por um coeficiente de risco para efeitos de cálculo do rácio de solvabilidade. A sua determinação obedece aos requisitos estipulados no Aviso n.º 09/GBM/2017, de 05 de Junho.

Cost-to-income – indicador calculado pela relação entre custos operacionais e o produto bancário, que mede a eficiência da organização.

Custos operacionais – soma de custos com o pessoal, outros gastos administrativos e depreciações e amortizações do exercício.

Economic scarring – deterioração da situação financeira dos indivíduos e da economia no seu todo, que pode advir do prolongamento de uma situação de recessão.

Forward-looking – visão prospectiva de uma determinada política, modelo ou situação.

Fundos próprios – conceito utilizado na supervisão bancária como referência fundamental para a aplicação de vários rácios e diversas normas prudenciais.

Imparidades – com origem no termo em inglês *impairment*, corresponde ao valor contabilístico registado nas demonstrações financeiras para fazer face a perdas esperadas relacionadas com os activos. Este montante deve ser deduzido do valor do respectivo activo, com o objectivo de corrigir o seu valor tendo em conta a probabilidade de perdas associadas.

NPL – sigla em inglês da expressão *non-performing loans*, que corresponde aos créditos não produtivos, ou seja, créditos que não geram fluxos positivos e rentabilidade aos bancos.

Produto bancário – conjunto das receitas recebidas por uma instituição financeira: comissões, juros, *trading*, operações interbancárias.

Provisões – valores reconhecidos para fazer face a perdas relacionadas com as actividades das instituições de crédito. Estas são constituídas de acordo com o regime prudencial determinado pelas autoridades de supervisão.

Rácio de solvabilidade – quociente entre fundos próprios e os activos ponderados pelo risco.

Riscos – factores associados a incertezas e que, em caso da sua materialização, apresentam impactos nas metas e nos resultados.

ROA – sigla em inglês de *return on assets*, correspondente à rentabilidade do activo que se obtém pela divisão dos resultados líquidos pelos activos líquidos. Mede o lucro gerado por cada unidade monetária de activos.

ROE – sigla em inglês de *return on equity*, corresponde à rentabilidade do capital próprio que se obtém pela divisão dos resultados líquidos pelos capitais próprios.

TIER 1 – termo em inglês que corresponde aos fundos próprios de base, os quais incluem o capital de melhor qualidade (capital social, as reservas e os resultados transitados) e respondem em primeira linha pelos compromissos assumidos pela instituição.

Vulnerabilidades – conjunto de características que evidenciam as fraquezas de um determinado sistema.



www.bancomoc.mz